



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO

1º Termo Aditivo - Contrato nº 085/2025- SGA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2025-SGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA AÇÃO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, e a **EMPRESA AÇÃO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, CNPJ sob o nº 33.412.384/0001-89 doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Avenida Lomanto Júnior, 292, Pontal, Ilhéus/BA – CEP 45654-000, representada por **Thainá Matos Santos**, CPF/MF nº 04*****05, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento SIMP nº 19.09.00896.0003754/2026-93, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo ao contrato nº 085/2025-SGA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência contida na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA do contrato original celebrado entre as partes, relativo a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Itacaré, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, conforme indicado na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência contratual indicado na CLÁUSULA TERCEIRA fica prorrogado por **12 (DOZE)** meses, a contar de **01 de agosto de 2026 até 31 de julho de 2027**, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento do contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação Recursos	de	Natureza da Despesa
40101/0024	4058	5700	100		33.90.39

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da contratação original, não especificamente alteradas por este Termo Aditivo, inclusive no tocante a preços unitários e globais.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente aditivo contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, _____ de _____ de 2026.

AÇÃO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA

Thainá Matos Santos

Sócia

Ministério Público do Estado da Bahia

André Luis Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **THAINÁ MATOS SANTOS** - Usuário Externo, em 15/05/2026, às 16:16, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 20/05/2026, às 19:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1994517** e o código CRC **1A69BE20**.

[Home](#) > [Contratos](#)

Termo Aditivo nº 001/2026

Última atualização 21/05/2026

Data assinatura: 20/05/2026 **Início da Vigência:** 01/08/2026 **Final da Vigência:** 31/07/2027

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência contida na Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre as partes. O prazo de vigência contratual fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2026 até 31 de julho de 2027.

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Documento(s):

Nome ↕	Data ↕
Contrato20251Aditivo.pdf	21/05/2026

Exibir: 10 | 1-1 de 1 itens

Página: 1 | < >

[Retornar](#)

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.640,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 33.412.384/0001-09 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: ACAO SEGURANCA ELETRONICA LTDA

[Empenhos](#)[Instrumentos de Cobrança](#)[Termos](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Número ↕

Tipo ↕

001/2026

Termo Aditivo

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens

Página: 1 | < >

[< Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

Dispensa de licitação não eletrônica nº 130/2025

Processo nº:

19.09.00896.0014941/2025-26

Tipo:

Dispensa de Licitação

**Data:**

quinta-feira, Maio 29, 2025 - 15:00

Objeto:

Prestação de Serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça de Itacaré, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período 12 (doze) de meses.

Fundamentação legal:

Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021

Informações gerais:

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0048 - Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus

Data da Publicação do Aviso: 29/05/2025

Link da Publicação no PNCP - Ato que autoriza a

contratação: <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2025/160>

Link da Publicação no PNCP - Publicação do resumo do

Contrato: <https://pncp.gov.br/app/contratos/04142491000166/2025/164>

Link da Publicação no PNCP - Publicação do Aditivo:

<https://pncp.gov.br/app/contratos/04142491000166/2025/164>

Arquivos:

Aviso



Minuta do contrato



Modelo de proposta



Termo de referência



Autorização



Contrato



1º Aditivo



